

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO - CETREDE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA

ANTONIO JOÃO ESTITE NETO

INTERVENÇÃO FAMILIAR NA PERSPECTIVA DO
CONTROLE DA VIOLÊNCIA

Fortaleza - Ceará
Novembro de 2006

ANTONIO JOÃO ESTITE NETO

INTERVENÇÃO FAMILIAR NA PERSPECTIVA DO CONTROLE DA VIOLÊNCIA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Psicopedagogia, da Universidade Federal do Ceará, Centro de Treinamento e Desenvolvimento - CETREDE, como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Psicopedagogia.

Fortaleza, Novembro de 2006

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Antonio João Estite Neto

Monografia aprovada em: ____/____/____

Profa. Gláucia Maria de Menezes Ferreira, L.D.
Orientadora

Ao meu filho Arthur.

AGRADECIMENTOS

Muitas foram às pessoas que fizeram parte desta trajetória...

À professora Gláucia Maria de Menezes Ferreira, pela confiança e credibilidade depositada em mim para a realização deste trabalho e amizade construída durante o período em que estive cursando citada especialização.

Ao corpo docente do Curso de Especialização em Psicopedagogia do Centro de Treinamento e Desenvolvimento - Cetrede, da Universidade Federal do Ceará pelo incentivo, atenção e indispensáveis contribuições acadêmicas.

À minha esposa Mônica Barreto de Sá Estite pelo apoio e acompanhamento do meu desempenho durante todo o período em que estive cursando citada especialização, e que me estendeu as mãos nos momentos cruciais desta trajetória.

À minha mãe Maria Stela de Oliveira Estite que sempre me ensinou a enfrentar os desafios que a vida nos impõe e incentiva por meio de suas sábias palavras, incansavelmente, a conquistar espaço no mercado de trabalho.

Aos parentes e amigos por acreditarem e incentivarem na realização deste trabalho.

E, um agradecimento especial ao meu filho Arthur, por tudo que me proporcionou em grandeza de amor, beleza e ternura e por me fazer enxergar a cada dia a presença de Deus em nosso lar.

RESUMO

A intervenção familiar na perspectiva do controle da violência, na atualidade têm sido pauta de discussão relevante das áreas de educação e saúde em geral. Estudar o relacionamento humano consiste em denominador essencial para compreender a questão da violência na perspectiva da intervenção familiar e do controle da mesma. O presente trabalho conceitua a violência fazendo revisão de literatura, analisa e contextualiza violência doméstica no Brasil. Dando relevância à questão da violência doméstica o estudo aprofunda-se quando busca desdobrar os efeitos da violência levando em consideração as perspectivas sociais. O último tópico discutido discorre sobre os programas, medidas de intervenção nos problemas da violência e ganhos sociais gerados pelos mesmos no país.

Palavras chaves: violência doméstica, intervenção familiar, ganhos sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1 - GÊNESE DA VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA	10
1.1 Conceituação de Violência Doméstica	10
1.2 Análise e contextualização de violência doméstica no no Brasil	14
CAPÍTULO 2 – DESDOBRANDO OS EFEITOS DA VIOLÊNCIA – PERSPECTIVAS SOCIAIS	22
2.1 Violência Doméstica na Análise de Psicologia Social	22
2.2 Impacto da Violência como Doença Social	28
CAPÍTULO 3 - INTERVENÇÃO EM QUADROS DE VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA	31
3.1 Programas	31
3.2 Intervenção	35
3.3 Ganhos Sociais	38
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

INTRODUÇÃO

A temática Intervenção Familiar na perspectiva do controle da violência tem se configurado assunto de grande relevância da área educacional. Já é fato constatado pelas ciências psicológicas, sociológicas, psicopedagógica, e, em sentido amplo a área da saúde (medicina, por exemplo) que uns dos grandes problemas, isto é, o distúrbio verificado entre as crianças e adolescente origina-se do ambiente familiar. Os estudos realizados até o momento sinalizam que a violência doméstica é uma prática extremamente arraigada na cultura das sociedades.

Um dos indicadores mais visíveis do fenômeno da violência doméstica nos últimos 25 anos é que a violência doméstica vem aumentando significativamente. De acordo com revisão bibliográfica foram observados vários projetos de atendimento as vítimas de violência com o intuito de prevenção. Entretanto, a difícil tarefa em articulação, ou seja, divulgação intersetorial, causa à descontinuidade das políticas sociais. Não apenas a nível nacional, mas existe compromisso e interesse internacional de reunir subsídios para o Estudo Global da violência no mundo globalizado. Por ser um assunto de grande relevância na história de luta contra a violência doméstica no mundo, e por ainda existir poucos dados sobre esta temática, o presente trabalho propõem apresentar uma abordagem qualitativa buscando contextualizar a intervenção familiar na perspectiva do controle da violência.

Com este compromisso o trabalho está subdividido em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta a gênese da violência na família quando irá conceituar violência doméstica, e fazer breve análise e contextualização da violência doméstica no Brasil. O capítulo segundo configurará a violência como uma questão social do mundo globalizado. Citado capítulo faz referência a teoria das representações sociais, a visão Durkheimiana sobre o processo educacional emergindo através da família e, por último, discute sobre o impacto da violência como doença social. Conforme Zigler e Hall apud Oliveira (2004, p.58) estudos

realizado nos Estados Unidos retratam a violência doméstica como uma doença social, isto é, os efeitos gerados tornam as crianças e adolescentes com difícil socialização.

O terceiro capítulo menciona a intervenção em quadros de violência na família, quando é sabido que das ações de promoção e garantia dos direitos da criança e adolescente é praticado via programas a nível nacional e internacional no sentido de reduzir e até debelar a violência doméstica. O capítulo também faz referência as iniciativas de intervenção quando o governo federal, estadual, municipal, organizações não governamentais, entre outros, buscam instruir a população agredida a denunciar o fato. Assim, o primeiro passo para ocorrer intervenção a denúncia. O segundo passo compreende em analisar a situação e assegurar ao agredido local seguro, tais como casa de abrigo. E o último passo consiste em acompanhamento psicopedagógico, psicossocial entre outros no sentido de prover suporte emocional, isto é, tratamento associado a sanções, medidas restritivas e condições compatíveis com a gravidade da violência realizada.

E finalizando o estudo proposto, o trabalho discorre sobre os ganhos sociais gerados pela interação ampla dos serviços de assistência psicológica, jurídica, policial, programas e ações das políticas públicas que propiciam melhoria qualitativa e quantitativa em termos de minimizar e/ou debelar a violência doméstica.

CAPÍTULO 1 - GÊNESE DA VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA

1.1 Conceituação de Violência Doméstica

O estudo do relacionamento humano é de grande importância para a compreensão da questão violência na Perspectiva da Intervenção Familiar e do Controle da mesma. Nos últimos anos essa temática vem ganhando espaço nos estudos da área psicológica, educacional, médica, entre outras. É um tema que abrange fenômenos das esferas sociais, políticas e econômicas.

A violência é conceituada de muitas formas diferentes. De acordo com a revisão de literatura realizada observa-se o direcionamento da conceituação de violência em conformidade aos objetivos dos trabalhos e da aplicabilidade de seus resultados, o que amplia um leque de variações. Devido à amplitude e as dificuldades relativas à definição da violência, os estudiosos do assunto sempre estão delimitando o objeto de estudo o que facilita e direciona o desenvolvimento dos trabalhos. Assim sendo, essa delimitação remete diretamente ao presente trabalho no qual evidencia a intervenção familiar na perspectiva do controle da violência.

Este capítulo tem o propósito de abordar a gênese da violência da família, na visão de alguns pesquisadores. Neste sentido faz-se necessário tomar como ponto de partida a definição e conceituação do termo violência e violência doméstica e, por fim, explorar a gênese da violência da família.

Os estudos em sociologia, antropologia, política, história e psicologia social focalizam a violência como um fenômeno gerado nos processos sociais, históricos e culturais, afirmando ser impossível estudar a violência de forma independente da sociedade que é responsável pela sua produção. (MINAYO, 1994, 1997; SOUZA, 1993; MARTUCELLI, 1999; GULLO, 1998)..

Williams apud Gallo (2004) diz que a violência é relacionada à agressividade. Esta, por sua vez, faz parte da natureza afetiva do ser humano e quando reprimida, pode se manifestar como violência. Na visão de Rosemary (2003), a agressividade é uma característica do homem podendo ser canalizada para objetivos construtivos e destrutivos, ou seja, o homem pode utilizá-la para conquistar o seu espaço no mundo, crescer, desenvolver e vencer as adversidades encontradas no meio social e cultural, como também, ser atribuída à voracidade e ganância, respectivamente.

Por outro lado, Meneghel (1998) menciona que a violência familiar, ou melhor, a agressividade entre crianças e adolescentes como um comportamento que poderá ser o resultado de uma resposta à violência estrutural¹ da sociedade. Referido autor sinaliza que independentemente da classe social em que está inserido o indivíduo a conduta de violência é uma realidade. Entretanto, os pesquisadores do assunto observaram que aqueles que pertencem à classe social mais elevada escondem seus comportamentos abusivos ficando mais evidente observar a violência em classes sociais mais baixas.

Meneghel (1998, p. 328) conceitua a violência como “...toda ação danosa à vida e à saúde do indivíduo, caracterizada por maus-tratos, cerceamento da liberdade ou imposição da força.” Citado estudioso continua o discurso mencionando que os conceitos de agressão e agressividade poderão estar inseridos dentro de marcos referenciais biológicas, comportamentais, psiquiátricos ou de âmbito estrutural (violência estrutural). No que se refere à abordagem biológica e comportamental a agressão decorre da natureza instintiva do ser humano como a fome e o instinto sexual. Como Coloca Meneghel, “...a agressividade humana seria mediada geneticamente, resultante da natureza instintiva do homem que teria uma tendência irreprimível à violência e ao domínio dos outros, numa analogia à teoria da seleção natural” (MENEGHEL, 1998, p. 328).

Quanto à visão psiquiátrica, Meneghel diz que a violência seria o resultado da carência emocional experimentada pelo ser humano que por algum

¹ Violência estrutural – proporcionada pelo próprio sistema social com suas iniquidades.(MENEGHEL, p.328, 1998)

motivo se sentiu ferido, isto é, o indivíduo foi: exposto ao abandono, ocorreu à morte ou doença dos pais, e o indivíduo foi submetido à intensa ansiedade² gerada pela sociedade.

Minayo (1994, p.8) entende a violência estrutural como “aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos...”. Referido autor complementa afirmando que a violência não faz parte da natureza humana e não têm raízes biológicas. Trata-se de fenômeno biopsicossocial no qual está mesclado ao problema da política, da economia, da moral, do direito, da psicologia, das relações humano e institucional, e do plano individual.

Junqueira (2003, p. 25) afirma que a violência estrutural é manifestada pelo quadro de: miséria; má distribuição de renda; exploração dos trabalhadores; crianças fora da escola, isto é, nas ruas; falta de condições mínimas para a vida digna; falta de assistência social, educação e saúde. Referida autora afirma que “a violência estrutural é evidenciada pelo destaque na intervenção das classes, grupos ou nações econômica ou politicamente dominantes que se valem de leis e instituições para conservar sua situação privilegiada, utilizando-se da naturalização.” (JUNQUEIRA, 2003, p.25)

Para Oliveira apud Junqueira (2003, p.25) a violência não é prerrogativa de uma classe ou raça, nem de gênero ou da organização social. Em Velho apud Junqueira (2003, p.26) não existe um modelo geral de violência, mas violências, que devem ser entendidas em seus contextos e situações particulares. Para esse autor é necessário entender a natureza dessa prática e a motivação de sua efetividade.

Um exemplo de violência no Brasil pode ser vista desde antes de 1964 contra as classes populares, como reflexo de uma tradição da escravatura. Naquele período, a violência física era pública sob a forma de açoites feitos contra

² Intensa ansiedade – “quando os pais ferem-se mutuamente, abandonam as famílias ou ameaçam suicidar-se, a ansiedade dos filhos é esmagadora” (MENEGBEL, p. 328, 1998)

os escravos que infringiam as leis da época. Com o advento da Lei Áurea (libertação dos escravos) a sociedade sofreu significativa mudança deixando a grande massa de ex-escravos, sem a mínima perspectiva, abandonada à própria sorte e, ainda assim, observava-se violência quando os ex-escravos ficaram a mercê da sorte sofrendo agora uma violência psicológica por seus patrões. (JUNQUEIRA, p. 27, 2003). Nos próximos parágrafos será mais bem evidenciada o que seja violência física e violência psicológica.

Rosemary apud Ferrari (2001) apresenta a mesma linha de pensamento de Minayo, quando sinaliza que ninguém nasce violento, mas a sociedade transforma o homem do qual poderá tornar-se violento em função de situações sociais que foram se agravando no decorrer de sua vida. Conforme pode ser observado e considerando os diversos conceitos de violência e as dificuldades de sua definição, neste trabalho, violência será considerada como sinônimo de agressão.

A violência familiar, por sua vez, poderá ser definida como aquela que ocorre no ambiente familiar existindo o agressor e a vítima. (GALLO, 2004). A violência familiar pode ser do tipo física, sexual ou psicológica. A utilização da força física, por parte do agressor, com o propósito de controlar a vítima corresponde à violência física. Por outro lado, a violência tomada sob a forma de abuso emocional/verbal, e abuso sexual causam o isolamento social no indivíduo. A violência sexual é caracterizada pela relação sexual forçada e a violência psicológica, mais difícil de se identificar, consiste no controle da vítima por meio do medo, ameaças e controle de atividades.

As vítimas da violência são provenientes de todos os setores da vida, de todas as classes sociais, de todas as idades e de qualquer religião. Trazem consigo sentimento de impotência, isolamento, culpa, temor e vingança. Há no pensamento das vítimas, o medo de que a violência ocorra novamente. (JUNQUEIRA, p. 26, 2003). Como o presente trabalho aborda a violência doméstica a nível nacional, segue adiante uma breve análise e contextualização de violência doméstica no Brasil.

1.2 Análise e contextualização de Violência Doméstica no Brasil

Assis apud Junqueira (2003) afirma que o estudo da violência psicológica é manifestada quando não se reconhece o valor das crianças e a legitimidade de suas necessidades. Ocorre o isolamento afastando-os das experiências sociais normais à sua idade, causando o impedimento dos mesmos ter amigos e fazendo-as crer que está só no mundo, sendo aterrorizados via agressões verbais, instaurando um clima de medo o que faz crer que o mundo é hostil. (JUNQUEIRA apud ASSIS, 2003, p.28). Fazendo uma síntese da situação no Brasil, Tardivo apud Azevedo & Guerra (2005, p.4) apresenta o Quadro 1 - números da violência notificada. Referido autor indica a existência de cinco tipos de violência doméstica: violência física, violência sexual, violência psicológica, negligência e Violência Fatal. Conforme poderá ser verificado nos parágrafos anteriores, já foram conceituados os termos violências física, sexual e psicológica.

Quadro 1 – Síntese de Violência Doméstica Notificada

Ano	Violência Física	Violência Sexual	Violência Psicológica	Negligência	Violência Fatal	Total de Notificações
1996	525	95	0	572	0	1.192
1997	1.240	315	53	456	0	2.064
1998	2.804	578	2.105	7.148	0	12.635
1999	2.650	649	893	2.512	0	63.74
2000	4.330	978	1.493	4.205	135	11.141
2001	6.675	1.723	3.893	7.713	257	20.261
2002	5.721	1.728	2.685	5.798	42	15.974
2003	6.497	2.599	2.952	8.687	22	20.757
2004	6.066	2.573	3.097	7.799	17	19.552
2005	5.109	2.731	3.633	7.740	32	19.245
	41.587	13.969	20.804	52.630	505	129.495

Fonte: AZEVEDO, M.A; GUERRA, VNA. Dossiê Brasil 2004-2005 – violência doméstica contra crianças e adolescente (VDCA): um cenário em (dês)construção. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2005.

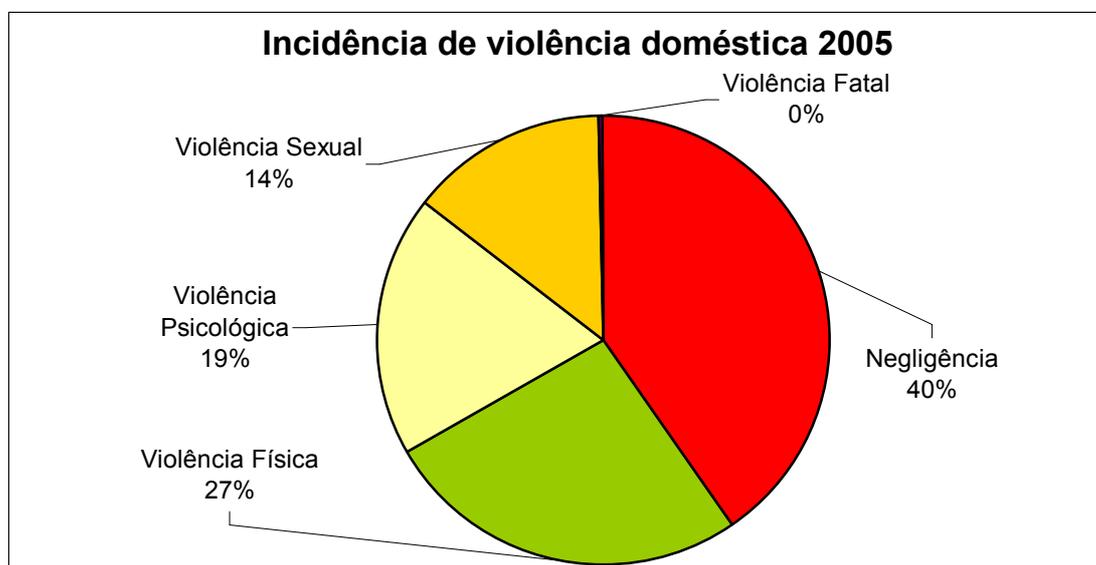
O tipo de violência denominado negligência corresponde à omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescentes. Ocorre quando os pais falham com o ato de alimentar, vestir adequadamente seus filhos, faltar com a educação. A negligência poderá ser severa ou moderada. “Nas residências em que os pais negligenciam severamente os filhos, observa-se que os alimentos nunca são providenciados, não há rotinas na habitação e para as crianças, não há roupas limpas, o ambiente físico é muito sujo com lixo espalhado por todos os lados, as crianças são muitas vezes deixadas sós por diversos dias.” (AZEVEDO, 1998, p. 184). E a violência fatal consiste na prática em família contra filhos cuja consequência acaba sendo a morte destes.

Conforme dados apresentados pela UNICEF e de acordo com o levantamento do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI), do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP), “entre as modalidades de violência doméstica às quais crianças e adolescentes de até 19 anos estão sujeitos, a negligência é a mais freqüentemente notificada: correspondeu a 40,2% em 2005 (**Gráfico 1**). Foram pesquisados dezesseis Estados e o Distrito Federal. Segundo a pesquisa do LACRI, a segunda modalidade de violência doméstica mais notificada é a física.” Quando a violência sexual, o LACRI verificou que referido tipo de violência é menos notificado, estima-se que 20% das mulheres e 10% dos homens de todo o mundo tenham sofrido violência sexual na infância.

Azevedo (2005) notificou um total de 129 mil ocorrências de violência no período de 1996-2005. Durante esse período o tipo de violência mais evidenciado foi à negligência compreendendo 41% de casos notificados, ficando a violência física, em segundo lugar, com 32% dos casos notificados no Brasil. Já no que diz respeito à gênese da violência familiar observa-se que ao longo da história da humanidade a família vem se mantendo como instituição social permanente, o que pode ser explicado por sua capacidade de mudança, adaptação, resistência e por receber valorização positiva da sociedade e daqueles que a integram. A violência na família, em especial a praticada contra crianças e adolescentes, observa-se à prevalência do autoritarismo, sendo a

criança tratada não como pessoas e ausentes de vontades desrespeitando-se o direito à vida com dignidade. (JUNQUEIRA, p.25, 2003).

Gráfico 1



Fonte: UNICEF. Violência Pequenas Vítimas. Situação da Infância Brasileira 2006.

As influências familiares, no desenvolvimento da personalidade do ser humano, podem ser avaliadas através do que a psicologia social vem estudando como *atitudes familiares*³. A família consiste no elemento transformador do organismo biológico em ser humano. Quando outras instituições começam a moldar o indivíduo, a família já realizou esta transformação, isto é, o papel dos pais é o de socializar a criança moldando o seu comportamento para que ela possa ajustar-se às regras da sociedade. Neste contexto é relevante mencionar o conceito da abordagem ecológica de desenvolvimento humano de Urei Bronfenbrenner.(BEL, 2003). No final da década de 70 foi formulada e publicada a teoria do desenvolvimento humano defendida por Bronfenbrenner, expondo ao campo científico importantes premissas para o planejamento e desenvolvimento de pesquisas em ambientes naturais.

³Atitudes são as disposições que determinam, ao ser humano, sentir e ver alguma coisa e agir de acordo com uma opinião formada explícita ou implícita. (ALVES, 2006)

Citado pesquisador fez uma séria crítica ao modo tradicional de se estudar o desenvolvimento humano, referindo-se entre outras coisas, à grande quantidade de pesquisas concluídas sobre desenvolvimento “fora do contexto”. Significa dizer, os estudos anteriores focalizavam o homem em desenvolvimento dentro de ambiente restrito e estático, sem considerar as múltiplas influências dos contextos em que os mesmos viviam.

A primeira abordagem ecológica do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner privilegia os aspectos saudáveis do desenvolvimento, os estudos realizados em ambientes naturais e a análise da participação da pessoa focalizada no maior número possível de ambientes e em contato com diferentes. De acordo com referido autor o desenvolvimento humano é, então, definido como "o conjunto de processos através dos quais as particularidades da pessoa e do ambiente interagem para produzir constância e mudança nas características da pessoa no curso de sua vida". (ALVES, 1997, p.10).

O modelo apresentado por Bronfenbrenner sinaliza dois tipos de sistemas, a saber: o primeiro consiste na interação⁴ da criança como um organismo biológico em relação com o seu meio social imediato que é representado pela família denominando microssistema (Figura 1), onde ocorre uma série de processos, eventos e relacionamentos; o segundo diz respeito ao relacionamento desse sistema com o meio ambiente, no seu sentido mais amplo, isto é, o exossistema ou macrossistema e através do tempo o cronossistema. (HALPERN & FIGUEIRAS, 2004). O microssistema corresponde ao sistema ecológico mais próximo e consiste num conjunto de relações entre o indivíduo em desenvolvimento e seu ambiente mais imediato, o núcleo familiar – pais e irmãos, parentes, escola, vizinhança. O mesossistema diz respeito ao conjunto de relações entre dois ou mais microssistema, por exemplo, relações entre família e escola.

O exossistema é representada pelas estruturas sociais formais e informais de maneira a influenciar e delimitar o desenvolvimento da pessoa, isto é, o que acontece no ambiente mais próximo. E o macrossistema é o sistema

⁴ Interação – “O termo interação é original e consistentemente usado por Bronfenbrenner”. (YUNES, p.44, 2001)

mais distante do desenvolvimento do indivíduo, incluem os valores culturais, crenças, situações e acontecimentos históricos que ocorrem na sociedade/comunidade. (YUNES, 2001, p. 44 e 45). Em 1998, Bronfenbrenner atualiza a abordagem ecológica e aplica um novo modelo que em vez de ecológico passa a ser chamado de bioecológico o que tende a reforçar a ênfase nas características biopsicológicas da pessoa em desenvolvimento.

De acordo com Martins & Szymanski (2004, p. 3), “a abordagem reformulada ressalta a importância de se considerar as características do indivíduo em desenvolvimento, como suas convicções, nível de atividade, temperamento, além de suas metas e motivações”.

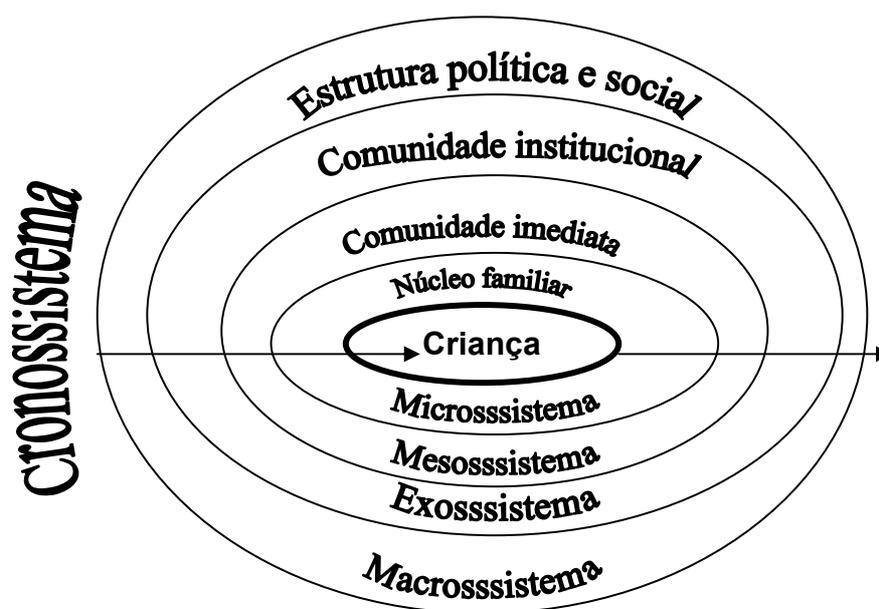


Figura 1 – Teoria ecológica do desenvolvimento.(BELL, 2003, p.411)

Três tipos de características da pessoa que influenciam e modelam o curso do desenvolvimento humano são apresentados pelo modelo bioecológico, a saber: o primeiro diz respeito às disposições que podem colocar os processos proximais em movimento e continuam sustentando a sua operação; o segundo refere-se aos recursos bioecológicos de habilidade, experiência e conhecimento para que os processos proximais sejam efetivos em determinada fase de desenvolvimento; e o terceiro, evidencia as características de demanda, que

convidam ou desencorajam reações do contexto social que pode nutrir ou romper a operação de processos proximais⁵. (MARTINS & SZYMANSKI, 2004).

Para estudar o desenvolvimento humano é necessário caracterizar, também, o tipo de sociedade que o indivíduo pertence, isto é, qual a nação e seu estilo cultural. No tocante à sociedade brasileira tradicional, Junqueira apud Velho (2003, p. 26) ressalta que a sociedade deve ser o alvo de avaliação do desenvolvimento do ser humano, no seu potencial de mudanças, especialmente com relação às situações de poder e conflito entre os atores sociais.

No Brasil, a mudança no sentido migratório iniciou a partir de 1800 e foi acelerada com a Revolução Industrial e econômica que, por sua vez, influenciou na ocupação do espaço físico pelas famílias. Com a revolução industrial o campo começou a ficar vazio ocasionando aumento da população nas cidades, em virtude das mesmas passaram a habitar o entorno das grandes cidades. Este fator incentivou o crescimento de uma microeconomia de sustento e subsistência e fomentou uma macro economia, em que as regras e leis são geradas desconsiderando esses aspectos.

Durkeim (1977) é da opinião que a densidade demográfica, o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma sociedade fomentam as desigualdades e conseqüentemente os desvios à norma. Com a ampliação da densidade demográfica, os efeitos da micro e macro economia brasileira e o isolamento das pessoas em busca de proteção em algumas regiões do Brasil verificou-se o aumento da violência na sociedade brasileira. Paralelamente a tais aspectos, para sua autoproteção à sociedade encarrega-se em produzir mais armamentos, passam a comunicar-se mais rapidamente através de computadores isolando-se em suas residências e, assim, é gerada uma distância maior entre os homens repercutida pelo aumento do fenômeno da violência. Como pode ser verificada a gênese da violência na família não é um problema específico do contexto familiar (doméstico). A violência em si corresponde um risco maior para a realização do processo da vida do ser humano, visto que ameaça a vida e altera a saúde do indivíduo.

⁵ O autor ainda aponta que *processos proximais* são como máquinas ou motor do desenvolvimento. (MARTINS & SZYMANSKI, 2004).

Como fator de ameaça à vida, não se pode omitir ou dispensar a discussão de conceitos que podem gerá-la. Esse é o caso dos conceitos de *estigma*, *exclusão*, *ironia*, *indiferença*, *preconceito*. A construção, aceitação e divulgação do preconceito e do estigma já são, em si, processos violentos, que geram violência. Essa construção é realizada por homens, seres pensantes, capazes de raciocínio e de intenções. O estigma consiste numa marca, um rótulo que se atribui a pessoas com certos atributos que se incluem em determinadas classes ou categorias diversas, porém comuns na perspectiva de desqualificação social. Os rótulos dos estigmas decorrem de preconceitos, idéias pré-concebidas, consolidadas no pensamento, cristalizadas, crenças, expectativas socioindividuais. (RANGEL, 2004).

Rangel ainda menciona que a violência não se define somente mediante o plano físico. Quando a violência é constatada com ironia, omissão e indiferença não recebem, no meio social, os mesmos limites, restrições ou punições que os atos físicos de violência. Conforme mencionado anteriormente, as "armas" de repercussão psicológica e emocional (violência psicológica) são de efeito tão ou mais profundo que o da arma física (violência física) que atingem e ferem o corpo. As armas da ironia ferem um valor precioso do ser humano – a auto-estima.

Portanto a luta e o remédio contra o preconceito e o estigma encontram-se nas análises críticas apontadas pela sociologia que, por sua vez, vem contribuir lançando oportunidade em promover ressignificações. Dessas ressignificações podem surgir novos conceitos, mais reais, mais consistentes, mais abertos e flexíveis, e, portanto necessários, prementes, para os avanços da vida, da convivência e da consciência social. “As novas ressignificações por uma vida, uma convivência e uma consciência social mais inclusiva requerem, sobretudo, atitudes que assumam um dos valores mais expressivos dos tempos contemporâneos: a aceitação da pluralidade e, portanto, das diferenças, das especificidades, das singularidades.” (RANGEL, 2004, p.3).

Nos dias atuais a situação do mundo globalizado apresenta um aumento do índice de violência e, conseqüentemente, uma exclusão social, principalmente das classes sociais de baixa renda. A sociedade brasileira

observa-se claramente algumas barreiras culturais, físicas, psicológicas e sociais, que por sua vez, contribuem para a exclusão significativa da população, mais precisamente a camada pobre considerada desqualificada. Diante desta linha de pensamento, a violência poderá expressar: padrões de sociabilidade; em períodos específicos, irá apresentar modelos de comportamento vigentes em uma sociedade; exprimirá as relações de uma sociedade, no que se refere às dimensões das classes, como também das pessoas. (JUNQUEIRA, 2003). Conforme pode ser observado esse ambiente de discussão aborda a questão da violência familiar tomando como ponto principal à perspectiva social, assunto a ser trabalhado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – DESDOBRANDO OS EFEITOS DA VIOLÊNCIA – PERSPECTIVAS SOCIAIS

2.1 Violência Doméstica na Análise de Psicologia Social

A configuração da violência difusa como uma questão social do mundo globalizado, isto é, está presente na agenda política de países de vários continentes, tais como América Latina, América do Norte, Europa e África. Disseminada e dramatizada pelos meios de comunicação em escala global – suscita um conjunto de questões sociológicas que orientam a investigação sobre o significado social e cultural das múltiplas formas de violência presentes nas sociedades contemporâneas. (SANTOS, 2002).

Santos continua afirmando que o primeiro período do século XXI é marcado pela globalização dos processos econômicos e pela mundialização das novas questões sociais que se manifestam nas diferentes sociedades. A camada social mais atingida pela globalização caracteriza-se pela desigualdade de oportunidades de vida, isto é, um acesso desigual a recursos e uma vivência de situações sociais desiguais, podendo ser apresentada em oito dimensões: educação; saúde; habitação; trabalho; relações de sociabilidade; segurança; informação e conhecimento; e participação política.

Conforme pode ser observado cada uma dessas dimensões não está estritamente relacionada à influência externa do mundo globalizado, mas entende-se que a globalização consiste num fenômeno que se dá internamente, influenciando aspectos íntimos e pessoais da vida do indivíduo. Conviver no mundo global significa enfrentar uma diversidade de situações de risco. Santos (2003) diz que o risco se distingue em dois tipos: o risco externo – proveniente de fora, da fixidez da tradição ou da natureza; e, risco fabricado – criado pelo

impacto do crescente conhecimento sobre o mundo, diz respeito a situações em cujo confronto temos pouca experiência histórica.

Não se pode compreender a violência sem a análise de suas múltiplas causas, trata-se de um fenômeno complexo. Conforme evidenciado no capítulo anterior os pesquisadores que se propuseram investigar a gênese da violência na família reconhecem seu aspecto pluridimensional e, em termos gerais, destacam três grandes tendências, a saber: a tendência biológica, a tendência sociológica, e, por fim a tendência bio-psico-social. A primeira estuda a questão sob a perspectiva bio-psicológico ficando a questão social subordinada às determinações da natureza humana; a segunda tendência busca explicar a violência como um fenômeno social; e a tendência bio-psico-social, avalia todos os elementos biológicos, social, político, psíquico que podem influenciar a prática da violência. (BALLONE, 2003)

Para compreender os efeitos de âmbito psicológico do adolescente a vivência com diferentes formas de violência, o estudo *Labirinto de Espelhos: A Formação da Auto-Estima na Infância e Adolescência*, da doutora em Saúde Pública Simone de Assis. Referida pesquisadora é coordenadora executiva do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES), ela investigou durante dois anos consecutivos (2002 e 2003) estudantes do curso diurno das 7^a e 8^a séries do ensino fundamental e 1^o e 2^o anos do ensino médio de escolas públicas e particulares do município de São Gonçalo na região metropolitana do Rio de Janeiro. (UNICEF, 2005).

O resultado da pesquisa deixou evidente a elevada frequência com que a violência ocorre no âmbito da família e das pessoas próximas aos adolescentes. Quase um quinto desses jovens sofre agressões severas, que envolvem chutes, mordidas, espancamento e até ameaças com arma de fogo ou faca. Quanto à violência psicológica, cerca de metade dos adolescentes convive com ela direta ou indiretamente. Os adultos os humilham, não os elogiam quando agem corretamente e não os estimulam para os desafios que precisam enfrentar.

O estudo também revelou que, quase um quinto desses adolescentes já passou por experiências sexuais traumáticas ou perturbadoras;

já testemunhou violência sexual sofrida por algum membro da família; já teve medo de sofrer violência sexual quando um dos pais estava sob efeito de álcool ou drogas; e já se envolveu em relação sexual com os pais. A pesquisa constatou alguns efeitos gerados aos jovens que sofreram maus-tratos familiares tais como: episódios de violência na escola; vivenciam mais agressões na comunidade e transgridem mais as normas sociais; são jovens que têm menos apoio social; apresentam uma menor capacidade de resiliência e uma baixíssima auto-estima. (UNICEF, 2005).

A fim de contextualizar os efeitos da violência sob a perspectiva social é essencial, primeiramente, tecer alguns comentários sobre a teoria das representações sociais. Referida teoria foi introduzida na Psicologia, em 1961, por Serge Moscovici, em sua tese de doutorado, sob o título *La Psychanalyse son Image et son Public*. O objetivo da teoria das representações sociais é avaliar a apropriação da teoria psicanalítica em diferentes grupos sociais parisienses. (Junqueira, 2003, p.58). É importante salientar que a teoria das representações sociais teve sua origem nos estudos sociológicos de Emile Durkheim e na Antropologia com os estudos de Lévy-Beruhl.

É na Psicologia Social que a teoria das representações sociais foi desenvolvida. A abordagem psicossocial parte do pressuposto de que em cada indivíduo há dois seres inseparáveis, porém distintos, o individual e o social. O primeiro ser, o individual, é formado pelos estados mentais de cada pessoa, provém da psicologia, também denominada ciência do indivíduo. Sabe-se que até o século XIX, a principal função da educação era desenvolver essa metade do homem – individual, construindo na criança os valores e a moral. O segundo ser, o social, seria o que o sociólogo francês Émile Durkheim denominou o outro lado do indivíduo, a socialização. A visão Durkheimiana afirma que quanto mais eficiente for o processo educativo, melhor será o desenvolvimento da comunidade em que a escola esteja inserida. A idéia é que a educação expressa uma doutrina pedagógica que se apóia na concepção do homem e sociedade. Para Durkheim, o processo educacional emerge através da família, da escola e comunidade. Fundamentalmente, ele define educação como: "A ação exercida pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida

social; tem por objeto suscitar e desenvolver na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política e no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança particularmente se destine”.(DURKHEIM, 1978, p.41).

Referido autor afirma que a educação é um processo de socialização que integra o indivíduo no contexto social e varia segundo o tempo e o meio. Citada definição caracteriza a educação como um bem social, relacionando-a pela primeira vez às normas sociais e a cultural local. Fundador da sociologia, Durkheim combinou a pesquisa empírica com a teoria sociológica. (GOMES, 2002). Segundo Junqueira apud Sá (2003, p.42), “Durkheim ressalta que a representação coletiva abrange formas de conhecimento amplo e heterogêneo, concentradas em uma grande parte da história intelectual da humanidade. O autor pondera que, para que houvesse esse resultado, ocorreram várias misturas, combinações de idéias e sentimentos, acúmulos de experiência e saber de várias gerações”.

Portanto, se de um lado Durkheim atribui às representações coletivas uma continuidade que se estende das religiões arcacias às ciências modernas, de outro o antropólogo Lévy-Brühl, valoriza o conflito social rompendo a idéia de continuidade. De acordo com Lévy-Brühl cada cultura, isto é, cada sociedade e/ou país tem sua representação coletiva que é racional e verdadeira para os membros daquela nação. Entretanto poderá ser descabidas e privada de significado ao indivíduo que pertencente à outra cultura, ou seja, à outra nação. Um exemplo prático e significativo é as nações cuja estrutura familiar está baseada na poligamia e outra que está fundamentada na monogamia. (JUNQUEIRA, 2003).

Aquelas sociedades que comungam a monogamia acreditam ser muito difícil e árduo sustentar uma família, e entendem ser descabido o indivíduo ocupar o papel de pai em duas ou mais famílias. Um dos motivos a ser sinalizado por aqueles que pertencem à cultura monogâmica diz respeito à situação econômico-financeira que os indivíduos ocupam no meio social de cada nação. Seria descabido e muito árduo manter economicamente dois ambientes familiares

e de certa maneira dar atenção (educação familiar) necessária aos membros familiares.

Fundamentado no conceito de representações coletivas de Durkheim, Moscovici elabora um corpo de conhecimentos próprio, que serviu de base para vários estudos posteriores, como é o caso do conceito fundamental em Psicologia Social. Para Moscovici a perspectiva individualista não era suficientemente capaz de dar conta das relações informais, do dia-a-dia, da vida humana em nível mais especificamente social, pois deixava de captar a integração básica entre o indivíduo e a sociedade. (JUNQUEIRA, 2003). As representações sociais seriam caracterizadas pela: complexidade, transversalidade e a vitalidade. Seriam mutáveis e de ordem heterogênea, passível de transformações e dependiam de fatos cotidianos da realidade comum. A visão de Moscovici de sociedade era de uma sociedade pensante⁶.

É importante ressaltar que a psicologia utiliza o termo Representação em psicologia geral com o intuito de conceituar as representações cognitivas dentro do paradigma construtivista. A psicologia do desenvolvimento defendida por Jean Piaget procura compreender os estágios de desenvolvimento das representações mentais do ser humano. E a psicologia social fundamenta-se no desenvolvimento da corrente sóciocognitivista européia baseada na teoria de Moscovici. Segundo Moscovici as representações sociais consistem numa modalidade de conhecimento compartilhado que apresenta como função à elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos, isto é, são estruturas cognitivas, emocionais e afetivas que se articulam em um intercâmbio entre as intersubjetividades e o coletivo na produção e reprodução das representações sociais.

Situando o estudo sobre as representações sociais de violência, cabe contextualizar o trabalho realizado por Oliveira (2001) com adolescentes e suas famílias, sobre a violência na escola. O trabalho demonstra que os adolescentes atribuem o termo violência à significação de matar, roubar, estuprar,

⁶ Sociedade pensante - em que os indivíduos são pensadores ativos que, mediante inúmeras ocasiões do dia-a-dia, produzem e comunicam inocentemente suas próprias representações e resoluções íntimas. (JUNQUEIRA, 2003, p 45).

agredir fisicamente e verbalmente. Os adolescentes reconhecem como ato violento todas as agressões físicas e verbais que acontecem dentro e fora do contexto da escola. No ambiente escolar a droga é reconhecida como fator que propicia a violência; a invasão de grupos estranhos à escola com o objetivo de marcar território ou praticar o tráfico de drogas, também são condições positivas da manifestação da violência. (JUNQUEIRA, 2003).

Oliveira (2001, p. 58) afirma que “a violência contra crianças e/ou adolescentes inter-relaciona duas questões: família e infância. Por isso imbrica-se diretamente no padrão sócio-histórico do uso da violência como solução de conflitos. Esse contexto de relacionamento interpessoal que envolve a família e a infância, encontra-se profundamente marcado pelas relações que os processos de educação e de escolarização estabelecem.” Seguindo a mesma linha de raciocínio de Oliveira, Cole (2004, p. 418) menciona que o motivo da criança apresentar um comportamento agressivo está concentrado em três fatores: “(1) a presença da agressão nos percussores evolucionários da nossa espécie; (2) as maneiras como as sociedades recompensam os comportamentos agressivos; (3) a tendência das crianças para imitar o comportamento de modelos mais velhos”.

Neste contexto, os teóricos da aprendizagem social acreditam que o fato dos pais castigarem seus filhos poderá ser uma maneira de ensiná-los a serem violentos. Outra linha de evidência das crianças tornarem violentas se dá pelo fato das mesmas presenciarem o ato da violência entre os adultos. Por outra linha de pensamento, a incidência de abuso infantil e, conseqüentemente, a violência com crianças corresponde ao estresse sofrido pela família, quando podem ser dos tipos: pobreza crônica, perda de emprego recente dos pais, discórdia conjugal e isolamento social. Contudo torna-se relevante sinalizar alguns comentários a respeito do impacto da violência como doença social, temática que será abordada no item a seguir.

2.2 Impacto da Violência como Doença Social

De acordo com Zigler e Hall apud Oliveira (2004, p. 58) “muitos estudiosos que têm pesquisado o abuso físico das crianças nos Estados Unidos enxergam-no como uma doença social que acompanha a aceitação da violência nas famílias, na comunidade local e na sociedade em geral.” Os efeitos gerados pela violência física em bebês são do tipo: medroso, freqüentemente zangados, tristeza, raramente iniciam contato social, inseguros ou esquivos. Na época de freqüentar a escola tornam-se crianças de difícil socialização e menos benquistas por seus colegas, isto é, são crianças com popularidade baixa porque os colegas e professores os vêem como menos cooperativos e altamente agressivos. Outro efeito diz respeito a baixas notas e mau desempenho nos testes padronizados e, com isso, têm uma probabilidade maior de ter que repetir o ano.

Citando a violência contra as mães, às seqüelas apontadas na literatura por mulheres agredidas pelo parceiro encontram-se: nível de depressão altíssimo, tendência suicida, dependência de álcool e/ou drogas, sintomas de transtorno de estresse pós-traumático, ansiedade crônica, sensação de perigo iminente, distúrbios do sono e/ou alimentação, freqüentes queixas somáticas, baixa auto-estima, dificuldade de tomada de decisão e dependência em extremo (WILLIAMS apud MEICHENBAUM, 1994).

A violência física expressa no corpo da criança e/ou adolescente lesões abdominais, oculares, fraturas dos membros inferiores e superiores, queimaduras e ferimentos, dificuldade de acreditar nos outros e de relacionamento, comportamento agressivo ou retraído em excesso e retardamento mental. Os efeitos provenientes da violência sexual tendem a tornar as crianças ansiosas, deprimidas, retraídas e agressivas. Também são crianças que irão ter problemas na escola, como, por exemplo, exibir interesse precoce em sexo e se comportarem de maneira sedutora com seus colegas de classe e extraclasse. Kendall-Tackett apud Cole (2004) menciona que os efeitos psicológicos do abuso sexual podem ser considerados dependentes da idade da criança, do relacionamento da criança com o perpetrador do abuso, da gravidade

e da duração do abuso e das reações das outras pessoas se o abuso tornar-se conhecido.

O relatório da Organização Mundial de Saúde - OMS aponta que, entre as violências físicas, as que mais atingem as crianças pequenas se manifestam com fraturas em locais que normalmente não seriam quebrados. Há também muitos casos de crianças de até 9 meses de idade que sofrem da Síndrome do bebê sacudido. A síndrome do bebê sacudido (Shaken Baby Syndrome) se refere a lesões de gravidade variáveis, que ocorrem quando uma criança, geralmente um lactente, é severa ou violentamente sacudida. Podem ocorrer em consequência: Cegueira ou lesões oftalmológicas; atraso no desenvolvimento; Convulsões; Lesões da espinha; Lesões cerebrais; e, Morte.

A violência sexual deixa as marcas de lesões genitais e anais, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez não desejada entre os jovens adolescentes, dificuldades afetivas, sentimento de culpa, distúrbios e disfunções sexuais, prostituição/promiscuidade, fugas do lar, e o uso de drogas. A violência psicológica apresenta problemas de aprendizagem, de comportamentos extremos de agressividade ou timidez, problemas com o sono, apatia, depressão e medo exagerado, dificuldade para brincar com outras crianças. E, por fim, os efeitos decorrentes da negligência são: crescimento deficiente, problemas de saúde, fadiga constante, sentimento de rejeição, desnutrição, depressão, quedas, queimaduras, intoxicações, entre outros.

Normalmente é na infância que são moldadas grande parte das características afetivas e de personalidade que a criança carregará para a vida adulta. Sabe-se que as crianças aprendem com os adultos, primeiramente dentro de seus lares, as maneiras de reagirem à vida e viverem em sociedade. As noções de direito, deveres e respeito aos outros, a elevação da própria auto-estima, a forma de solucionar conflitos, frustrações ou conquistar objetivos, a forma de se portar diante da existência são profundamente influenciadas durante a idade precoce. É assim que muitas crianças abusadas, violentadas ou negligenciadas na infância se tornam agressoras na idade adulta.

O indício de mau desenvolvimento de personalidade poderá ser observado ainda na idade precoce. As características manifestadas consistem em: dificuldades para se alimentar; dormir; concentrar; apresentam introspecção e timidez; mostram-se agressivas, rebeldes ou, ao contrário, muito passivas, falta confiança nos adultos em geral. De acordo com o professor Silva (2006) os efeitos da violência são coletivos, sociais e culturais. Verifica-se uma redução da interação social; ocorre alteração do comportamento do indivíduo e conseqüentemente, da população; menospreza a solidariedade humana, acarreta a percepção e a insegurança no ser humano. Neste ambiente de discussão o capítulo a seguir preocupar-se-á em aprofundar o estudo acerca dos efeitos gerados pela violência na família em crianças e/ou adolescente sinalizando quais os métodos de intervenção utilizados nos dias atuais no sentido de sanar a lacuna de distúrbios ocasionados pela violência.

CAPÍTULO 3 – INTERVENÇÃO EM QUADROS DE VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA

3.1 Programas

Conforme foi mencionado nos capítulos anteriores a violência é uma questão social de múltiplas causas e de caráter estrutural e têm repercussão na saúde e na qualidade de vida das pessoas (família – pai, mãe e filhos). É uma questão complexa sendo possível e necessário controlar alguns dos mecanismos que a gera para reduzir seus efeitos. Nos dias atuais, organismos locais, internacionais, científicos, públicos ou Organizações Não Governamentais - ONGs estão investindo em pesquisas e propondo programas de prevenção e controle da violência.

Em termos macro, o plano de viabilizar a redução da violência objetiva: estabelecer política pública nos países do mundo globalizado, de tal modo que estimule valores e atitudes de paz e convivência saudável; elevar a qualidade de vida do cidadão e reduzir a violência decorrente de fatores sociais, políticos e econômicos. Os países, como é o caso do Brasil, buscam incrementar seu governo com programas de geração de emprego e renda mínima para as famílias que se comprometem a manter as crianças freqüentando a escola. Procuram investir, também, em saúde e educação – forma de ação utilizada para maior justiça social e prevenção da violência.

Um dos instrumentos mais recentes, criados pela sociedade brasileira para garantia dos direitos de crianças e adolescentes, é a Lei Nº 8.069 ou Estatuto da Criança e do Adolescente. Referido Estatuto provocou um avanço na garantia dos direitos da população infanto-juvenil, pois tem a finalidade de tratar temas, da prevenção e da repressão à violência, praticadas contra crianças e adolescentes, ocorra ela no ambiente intra ou extra familiar. Citada Lei não surgiu por uma mera outorga do poder público, mas foi fruto da mobilização da sociedade civil, preocupada em modificar a situação desumana em que vive a grande maioria das crianças e adolescentes brasileiros. (NEPOMUCENO, 2002).

De acordo com Moreira (2006) a assembléia geral da Organização das Nações Unidas - ONU, em sua 52ª Sessão, adotou resolução, consagrando o ano 2000 o ano internacional por uma cultura de paz. “A Cultura de Paz se constitui dos valores, atitudes e comportamentos que refletem o respeito à vida, à pessoa humana e sua dignidade, aos direitos humanos, entendidos em seu conjunto, interdependentes e indissociáveis. Viver em uma Cultura de Paz significa repudiar todas as formas de violência, especialmente a cotidiana, e promover os princípios da liberdade, justiça, solidariedade e tolerância, bem como estimular a compreensão entre os povos e as pessoas”. (MOREIRA, 2006, p 2)

Os estudiosos sobre o assunto, afirmam que de modo geral o caminho para a prevenção da violência está pautado em: constatar a violência na família; discutir as questões pertinentes às desigualdades econômicas de gênero, de raça, de etnia, de preferência sexual; estimular os princípios de solidariedade; incrementar a preservação do patrimônio natural e cultural, e reduzir os fatores de risco da violência. As nações buscam investir, também, na capacitação de profissionais na área da saúde e educação, como buscam instruir a população adequando campanhas a nível nacional e internacional. Investe na capacitação dos agentes policiais, do poder Judiciário, autarquias, em fim, todos que buscam viver em paz e harmonia – o mundo globalizado.

Na escola, os profissionais que participam junto à prevenção da violência compreendem professores, alunos, pais, funcionários, membros da comunidade escolar. A nova percepção da violência na família, atualmente, é pauta de uma revisão da prática pedagógica e da gestão escolar, cujo objetivo está em promover redução da violência na família e debela-la, a fim de melhorar o ensino aprendizagem da criança e do adolescente.

Em todo o mundo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO tem se dedicado a promover a cultura de paz, seguindo a determinação da Assembléia Geral das Nações Unidas, que incumbiu a organização de levar à frente um movimento mundial de transição de uma cultura de violência para uma cultura de tolerância e solidariedade. No Brasil, o trabalho da representação da UNESCO é apoiado por uma sólida linha de pesquisas sobre infância e juventude, violência e vulnerabilidade social. Os

resultados desses estudos têm permitido caracterizar e analisar uma série de problemas que afetam diretamente o dia-a-dia e as expectativas de futuro de 34 milhões de jovens brasileiros, entre eles a violência escolar.

De acordo com a UNESCO várias experiências locais e internacionais são sinalizadas como sugestões para a reversão do quadro da violência. Alguns países apresentam programas que incluem a abertura das escolas nos finais de semana disponibilizando um espaço alternativo de maneira a oferecer aos jovens um ambiente saudável, isto é, um espaço de cidadania com possibilidades de divulgar a cultura, a arte, o esporte e o lazer. Nos últimos anos, o esporte tem sido o objeto de socialização mais estimulado no ambiente escolar ocupando, por conseguinte, o tempo ocioso dos jovens, propiciando uma atividade coletiva e desenvolvendo a consciência comunitária.

No Brasil, há iniciativas muito bem sucedidas no combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes, tais como: Ministério da saúde: notificação obrigatória; Centro de Referência às Vítimas de Violência (CNRVV) – pólos de prevenção; Sociedade de Pediatria – capacitação de médicos; Laboratório de Estudos da Criança (LACRI) – capacitação de profissionais e mudança na lei; Centro de Referência à Infância e adolescência (CRIA) – pesquisa e diagnóstico.

O Ministério da Saúde, órgão governamental instituiu a Portaria GM/MS 1968/2001 que têm a finalidade em notificação obrigatória de suspeita ou a confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes aos conselhos tutelares. A partir de maio de 2004, referido ministério da saúde iniciou a implantação de Núcleos de Prevenção à Violência em Estados e Municípios através da portaria 936 de 19/05/2004. O Centro de Referência às Vítimas de Violência (CNRVV) têm o objetivo implantar pólos de prevenção de maneira a mobilizar, sensibilizar e educar a população contra a violência doméstica. Por outro lado, a sociedade de pediatria promove cursos de capacitação para profissionais da área da saúde e da educação a fim de lidarem com o problema e participar das estratégias de prevenção. (UNICEF, 2005).

O Laboratório de Estudos da Criança (LACRI) foi criado em 1994 com a finalidade em capacitar profissionais por meio do Telelacri, um curso de educação continuada ministrado à distância. De acordo com a UNICEF (2004), o LACRI já formou 4.853 profissionais no Brasil, Peru e Argentina. Em 2003, referida "...entidade realizou um concurso de desenho infantil Crescer sem Palmada, do qual participaram 8.640 crianças e adolescentes de 9 a 12 anos. Também vem desenvolvendo, desde 1994, uma campanha nacional com o objetivo de aprovar o Projeto de Lei nº 2.654, de 2003, que dispõe uma reforma legal no Brasil para abolir a punição corporal doméstica de crianças e adolescente". (UNICEF, 2005, p.25) Azevedo afirma que o LACRI realiza anualmente levantamentos sobre a incidência das várias modalidades de Violência Domésticas contra crianças e adolescentes. O propósito será em médio prazo traçar um perfil aproximado sobre a violência doméstica cotidianamente praticada contra crianças e adolescentes e denunciadas a instituições de atenção à infância.

O CRIA está sediado em Guaratinguetá (São Paulo) desde 1999 e vêm desenvolvendo projetos de intervenção clínica, pesquisa e prevenção da violência doméstica contra a criança e o adolescente. Partindo de um referencial psicanalítico, o CRIA trabalha por meio de atendimento individualizado e com as oficinas terapêuticas. Quanto à área de pesquisa, desenvolve em parceria com o LACRI e com o Laboratório de Saúde e Psicologia clínica Social da Universidade de São Paulo, um instrumento de diagnóstico de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. (UNICEF, 2005).

De acordo com os pesquisadores e estudiosos dessa temática, a criação de estratégias e programas voltados para a prevenção dos maus-tratos contra a criança e o adolescente seria parte efetiva da prática dos profissionais de educação. De acordo com o Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância - CRAMI (2003, p.5), a atuação dos citados profissionais tornar-se-á mais efetiva quando forem criados instrumentos de ligação com as instituições comunitárias locais, de maneira a funcionar como elementos de apoio às famílias.

Neste contexto, diante do fenômeno da violência doméstica duas são as posturas fundamentais de combate, a prevenção e o tratamento. A

prevenção é reconhecida pela literatura internacional como "estratégia privilegiada para combater mais eficazmente a (re) produção da violência domésticas contra Crianças e Adolescentes" (AZEVEDO & GUERRA ,2005, p 77) sendo três os níveis de prevenção : primária, secundária e terciária.

A prevenção primária é caracterizada pela atuação de programas de informação dirigidos à população em geral. O meio de comunicação é a principal instrumento sendo utilizado para passar informações gerais aos grupos de adolescentes, grupos de pais, programas de pré-natal e planejamento familiar. A prevenção secundária consiste na identificação precoce da população de risco e estabelece programas de atendimento grupal, individual e comunitário. E por fim, a prevenção terciária, dirige às vítimas, visando reduzir as conseqüências adversas do fenômeno (AZEVEDO & GUERRA , 2005).

Contudo a iniciativa de criar programas para intervir contra a violência familiar e ampliar o papel socializador dos profissionais da educação, em particular a escola pública, seria de grande importância para reduzir o fenômeno da violência familiar, assunto a ser abordado no próximo tópico.

3.2 Intervenção

Nepomuceno (2002, p 142) relata que até fins do século XIX não há registro no Brasil a despeito de qualquer intervenção estatal em termos de políticas de atendimento à criança e ao adolescente. Neste período, as iniciativas deste campo estavam ligadas à Igreja católica ou a outras entidades de caráter privado. Gallo (2004, p.3) menciona que o primeiro passo na intervenção com vítimas de violência familiar é a denúncia. Pesquisadores e estudiosos da área apontam que na maior parte dos casos, logo após a denúncia ocorre a chamada "segunda lua de mel", quando o pai da família buscará agradar a esposa (mãe), dando a atenção que antes não tinha. França apud Gallo (2004) menciona que

diante deste quadro às agressões físicas e sexuais cessam ou são reduzidas consideravelmente, ficando apenas a agressão psicológica. Conforme já mencionado nos capítulos anteriores, a agressão psicológica é difícil diagnosticar e, portanto, o agressor continua violentando seus familiares em deixar marcas visíveis.

O segundo passo na intervenção é analisar, em conjunto, maneiras de aumentar a segurança e proteção das vítimas, como encaminhamento para casas-abrigo e ensinar a vítima a assumir o controle da situação, de forma a interromper o ciclo de violência. Mediante a denúncia, o Conselho Tutelar tem poderes e poderá remover a criança do lar abusivo ou negligente e recolocá-la em outro ambiente.

O terceiro passo consiste em intervir nas características que a criança apresenta, como estimulação precoce devido ao atraso global de desenvolvimento, em função da negligência, prover suporte emocional à criança e um atendimento aos familiares envolvidos. Littel (2003) afirma que a intervenção eficaz nos casos de violência doméstica requer tratamento associado a sanções, medidas restritivas e condições compatíveis com a gravidade do crime, para impedir novas agressões e recuperar a independência da vítima.

A montante da intervenção judiciária são várias as possibilidades de intervenção no problema, seja através das associações de apoio às mulheres vítimas de violência, dos centros de acolhimento, das associações ou instituições de proteção das crianças, dos serviços de ação social, dos serviços de aconselhamento jurídico da Ordem dos Advogados, etc. Todas estas instituições dão informações e apoio de diversa ordem.

Neste contexto torna-se relevante mencionar alguns princípios específicos que regem as relações entre pais e filhos e o Estado. Certos princípios são considerados pelos estudiosos sobre o assunto quando buscam discutir caminhos moralmente apropriados para lidar com a violência doméstica. Archard considera três deles relevantes: o princípio de integridade familiar, o princípio do *parens patrie*; e, por fim, o princípio dos melhores interesses da criança.

O princípio da integridade familiar pode ser subdividido em autonomia dos pais (livres para criar seus filhos da forma que lhes parece ser mais conveniente) e privacidade familiar (a família tem direito à proteção contra intrusão não consentida em suas atividades). O segundo princípio, do *parens patrie* legitima que o Estado assuma a responsabilidade pelo bem-estar das crianças nos casos em que a família falha em seu papel ou quando a criança não tem pais adequados. E o terceiro, o princípio dos melhores interesses da criança: coloca como primordial o interesse ou o bem-estar da criança. Este princípio está atualmente sacramentado em todos os instrumentos legais que lidam com a criança. (UNICEF, 2005).

Entretanto a questão é discutir quando e como o Estado deve interferir no abuso contra a criança, ou melhor, em que situações ele pode violar o princípio do respeito da integridade familiar para promover os melhores interesses da criança, assumindo seu papel de *parens patrie* e protegendo, portanto a parte mais vulnerável. Os profissionais de saúde, pedagogia (professores e psicopedagogos) exercem esse papel, uma vez estão trabalhando diretamente com a criança e têm maior facilidade em observar, analisar e identificar os distúrbios de aprendizagem, desvios de personalidade, agressões descabidas, ou melhor, referidos profissionais identificando qual o problema fundamental da criança, no caso a violência doméstica, o encaminha para o tratamento representando portanto o início da cadeia de procedimentos a serem tomados pelo Estado.

De acordo com estudo da UNICEF (2005) a violência vem sendo considerada em termos de prevenção e intervenção há apenas cerca de três décadas. Desta maneira, ainda não há experiência acumulada de modo a garantir que as consequências da intervenção serão sempre benéficas para a criança. Os estudos evidenciam que geralmente não se sabe como a intervenção vai ser recebida pelas famílias, uma vez que cada uma responde de modo peculiar. Por outro lado, observa-se mudança nas relações familiar com o passar do tempo o que propicia significativa alteração do curso da intervenção planejada. Portanto, embora as intervenções nos casos da violência doméstica gerem bons resultados para as crianças, não é possível prevê-los com segurança. O que ficou

constatado mediante dados da UNICEF é que a violência cessa após a intervenção, mesmo que temporariamente. Em curto prazo, os resultados costumam ser favoráveis e, em longo prazo, uma possível desintegração da família ou a institucionalização da criança podem representar um novo dano para esta. (UNICEF, 2005).

3.3 Ganhos Sociais

A utilização de uma ampla rede intersetorial com capacidade de interagir os serviços de assistência psicológica, jurídica, policial, entre outros enriquece as opções da saúde da criança violada, reforça a qualidade potencial dos programas e ações das políticas públicas estimulando melhoria qualitativa e quantitativa dos serviços disponíveis.

Os ganhos sociais provenientes de projetos e programas com intuito de esclarecer e reduzir a violência familiar podem ser caracterizados pelos espaços assistenciais da seguinte forma:

- Núcleos de assistência psicológica – dos Estados e/ou Municípios: têm significativa importância como faz parte do plano de ações daquela localidade e que a população tenha inteiro conhecimento de sua finalidade. Nos casos de patologia psiquiátrica, a criança deverá ser encaminhada obrigatoriamente para o referido núcleo. Ficando registrado e assegurado o tratamento adequado para criança vítima de maus tratos sendo disseminado e tornando-se mais divulgado tenderia a reduzir o índice de agressão nas localidades implicando em ganho social para população.

- Núcleos de Assistência policial - refere-se aos crimes cometidos à criança, tais como: lesão corporal, injúria, calúnia, ameaça. A denúncia e registro policial implicariam em obtenção de dados sobre a temática e ganho social no sentido seqüenciar maior atenção e divulgação mais acirrada sobre o assunto.

- Núcleos de Assistência jurídica - as vítimas da violência familiar necessitam saber de informações sobre lei e direitos mediante um juizado que intermedeiam e esclarecem quaisquer dúvidas sobre entrar com processo contra o agressor.

A consciência social só é realmente evidenciada quando a população está consciente dos seus direitos e deveres. O ganho social decorrente sociedade esclarecida “base cultural” é evidenciada em denúncias a instituições de atenção à infância. É bom ressaltar que a família e a escola têm sido historicamente a base da educação de crianças, adolescentes e jovens e da inserção social desse grupo. O diálogo entre escola e família é a fórmula mais positiva para enfrentar a problemática da violência familiar. O ganho social decorrente do aberto diálogo entre família e escola proporciona à escola o papel mediador possibilitando propósitos positivos que podem ser assim resumidos: acolhimento ao jovem quando dialoga com ele; melhorar o ambiente da escola; trabalhar os problemas decorrentes do mau trato via assistência da saúde, justiça, psicológica; melhorar os laços de convivência. A mediação da escola deve ser no sentido de trabalhar na reflexão crítica dos conteúdos sobre a violência veiculados pelos meios de comunicação (filmes, jornais/noticiários, entre outros) para discussão do referido assunto.

Outro ponto de grande importância geradora de ganhos sociais diz respeito às atitudes de ruptura de preconceitos, medos e silêncio da população diante do conhecimento de situações graves de violência envolvendo crianças e adolescentes. Ampliar o diálogo sobre essa temática diminuirá as distâncias entre as vítimas da agressão e a sociedade, esta última auxiliada pelos órgãos públicos e privada de maneira a reverter alguns comportamentos agressivos, de baixa auto-estima e apatia das vítimas violentadas. Ações educativas sobre os meios de comunicação e novas tecnologias de informação contribuem com o discernimento crítico da população sobre os conteúdos violentos e podem veicular ganhos sociais contribuindo com propostas de prevenção da violência familiar no âmbito da escola, da família e da sociedade.

No que diz respeito à proteção jurídico-social há que se considerar o cenário das mudanças sociais ocorridas no Brasil, nos últimos anos, num esforço sobre as possibilidades concretas de efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de forma a garantir os direitos fundamentais das crianças e

adolescentes no país. Para obtenção de ganho social verifica-se a necessidade de uma ampla campanha de difusão e esclarecimento a respeito do ECA. A formação e capacitação dos Conselhos de Direito e dos Conselhos Tutelares, incremento dos Fundos da Criança e do Adolescente são apresentados como algumas possibilidades concretas para superar os desafios existentes e como mediadores de ganhos sociais.

Segundo Moreira (2003, p 6) é relevante ressaltar que o ECA ainda hoje é desconhecido tanto pela maioria da população brasileira como, também, entre inúmeros operadores do direito, o que concebe um entrave a mais para que as alterações introduzidas por este instrumento legal sejam garantidas. Neste contexto observa-se um permanente distanciamento entre as normas e sua efetividade gerando perda social. Evidente, o ganho social seria uma ampla campanha de divulgação do ECA deixando, assim, de ser uma mera lei passando a ser instrumento de transformação da sociedade garantindo automaticamente alternativa para aqueles que demandam pelo direito na perspectiva de superação ou mesmo regulação de situações conflitivas.(Moreira, 2003).

Nepomuceno (2002) afirma que a atitude da sociedade brasileira, civil e política, frente ao mau trato infantil tem mudado significativamente. “A Constituição Federal de 1988, seguindo o viés da Convenção Internacional da Criança, editada pelas Nações Unidas, deu ênfase à proteção integral de meninos e meninas, condensando, no Artigo 227 as aspirações dos diversos movimentos de defesa das crianças e dos adolescentes. O Estatuto, por sua vez, veio regulamentar o disposto na Magna Carta, especificando os direitos da população infanto-juvenil e os meios de garanti-los”.(NEPOMUCENO, 2002, p 171)

As ações de prevenção, de proteção e de responsabilização, entretanto, extrapolam o âmbito do Estatuto, sendo complementadas por medidas extrajurídicas. Neste sentido dentre as diversas fórmulas apresentadas a fim de gerar ganho social Nepomuceno (2002) sinaliza as seguintes:

a) Campanhas de esclarecimento e de apoio socioeconômico às famílias, parecem estar na raiz da prevenção dos maus-tratos contra crianças e adolescentes. Esse trabalho, no entanto, para ser realizado, necessita de programas de geração de renda para as famílias mais pobres, além de uma rede de saúde dotada de profissionais capacitados no atendimento às famílias.

b) Na proteção à vítima, quando o mau-trato já foi consumado, também é importante uma rede de saúde dotada de profissionais afeitos ao problema do mau trato infantil.

c) A participação da sociedade nas políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente, prevista pelo Estatuto, por ser fundamental para o combate ao mau-trato infantil. Referida participação precisa ser efetivada através da implantação dos organismos que a possibilitem, como os Conselhos Tutelares. Precisa também ter qualidade, necessitando, para isso, capacitar pessoas que representem a sociedade nesses espaços.

Assim, ficou constatado mediante levantamento bibliográfico que os maus-tratos contra crianças e adolescentes no interior das famílias, tenderão realmente diminuir quando as ações de prevenção, proteção e responsabilização forem realmente eficazes. Pôde-se verificar que a prevenção parece ser a mais importante, visto que através da informação levará a uma mudança no imaginário social quanto ao tratamento a ser dispensado à criança e ao adolescente.

CONCLUSÃO

Originada do latim *violentia* que significa o ato de violentar abusivamente exercendo o constrangimento da criança ou do adolescente, a violência é concebida socialmente como um fenômeno socialmente construído entre os grupos de uma mesma sociedade. A violência é considerada um fenômeno multicausal e atinge de forma mais hostil os indivíduos mais indefesos da sociedade, como a criança e o adolescente.

Entre as diversas maneiras de expressão da violência estão a física, a sexual, a psicológica e a negligência. A primeira, violência física, decorre do uso intencional via agressão, tapas, murros, entre outros. A violência sexual compreendida em sentido amplo como carícias indesejadas, incesto e estupro. Violência psicológica caracterizada por desrespeito, verbalização inadequada, ameaças, abandono material e emocional. E a negligência que consiste em uma forma de omitir o atendimento das necessidades básicas da criança e do adolescente.

Citados tipos de violência quando praticado dentro do lar é denominado violência doméstica que, por sua vez, acontece em meio às interações pai-mãe-filho correspondendo contributo destrutivo à vivência e dinâmica familiar. Referido tipo de violência gerará distúrbios orgânicos, psicológicos, comportamentais e desequilíbrio familiar. Conforme foi mencionado neste trabalho uma das graves seqüelas verificadas em crianças e adolescentes vítimas de violência domésticas são a dificuldade de aprendizagem. De acordo com estudos da área educacional, a família é considerada um grupo de pessoas com vínculos afetivos que têm a função de socialização de seus membros.

A questão da socialização não é específica de países subdesenvolvidos, mas está difusa no mundo globalizado e, desta maneira, a violência tratada como questão social torna-se requisito importante na pauta de discussão na luta das nações buscarem algo de cunho preventivo visando o decréscimo nos acontecimentos de violência. Vários programas e ações propagadas pelos órgãos governamentais, instituições privadas, órgãos não

governamentais são implantados no sentido de debelar o fenômeno da violência doméstica.

Conforme foi observado neste estudo a família e a escola tem sido historicamente a base da educação de crianças e adolescentes e da inserção social desse grupo de jovens. Ficou constatado por professores e estudiosos da área educacional que atos violentos praticados por crianças e adolescentes na escola contra professores, colegas de classe, entre outros são na maior parte das vezes reflexos do comportamento agressivo assistido pelos mesmos no ambiente familiar. Assim com a função de mediadora, a escola tem o papel de esclarecer os familiares agredidos a dirigirem-se às instituições na busca de ajuda na forma da lei e proteção para as vítimas agredidas. A ação exercida pelo governo deve ser romper com os preconceitos, medos e silêncio das vítimas diante do fato consumado.

Diversos são os programas e maneiras de divulgação para conscientizar as vítimas de agressão sobre o uso de recursos de auto defesa. O que se conclui esta revisão bibliográfica é que somente a comunhão de práticas no âmbito escolar, familiar e da sociedade irá conseguir colocar a violência sob controle. O discernimento crítico sobre prevenção da violência é que fará com que haja redução significativa da violência familiar. A intervenção familiar na perspectiva do controle da violência é hoje assunto no âmbito nacional e internacional, de grande relevância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Paola Biasoli. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. *Psicologia: Reflexão e crítica*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01027979721997000200013&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-7972> revisto em 2006.

AQUINO, Júlio Groppa. School violence and the crisis of teacher authority. *Cad. CEDES*, dic. 1998 vol.19, no.47 p.07-19. ISSN 0101-3262

ASSIS, S. G. (1997). Crescer sem violência. Um desafio para educadores. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/CLAVES.

AZEVEDO, M.A; GUERRA, VNA. Dossiê Brasil 2004-2005 – violência doméstica contra crianças e adolescente (VDCA): um cenário em (dês)construção. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2005.

CRAMI, Centro Regional de Atenção aos Maus tratos na Infância. Projeto de ação contra violência doméstica de crianças e adolescentes. 2003.

BALLONE GJ, Ortolani IV. *Violência Doméstica*, in. PsiqWeb, Internet, disponível em: <<http://www.psiqweb.med.br/infantil/viol dome.html>> revisto em 2003.

BELL, Helen. A criança em desenvolvimento. Porto Alegre. Artmed. 2003
COLE, Michael, Cle R. Sheila. O desenvolvimento da Criança e do Adolescente. Editora Artmed, 4ª Edição, 2004.

DURKHEIM, E. O Suicídio. Traduzido por Luz Cary e Margarida Garrido e J. Vasconcelos Esteves. Lisboa : Presença. 2ed. (1977)

GALLO, Alex Eduardo. Estudos da Violência e suas Intervenções. In: ANAIS DA VI SEMANA DE PSICOLOGIA DA UEM: Subjetividade e Arte, 2004, São Carlos.Universidade Federal de São Carlos, 2004.

GIFFIN, Karen. Violência de gênero, sexualidade e saúde. *Cad. Saúde Pública*, 1994, vol.10 supl.1 p.146-155. ISSN 0102-311X.

GONINI, Fátima Ap. Coelho, PETRENAS, Rita de Cássia, MOKWA, Valéria Marta N. Fernandes *et al*. Representações sociais da violência entre alunos do Ciclo I do Ensino Fundamental em duas escolas públicas do interior de São Paulo. In *Proceedings of the 1th Simpósio Internacional do Adolescente*, 2005, São Paulo (SP) [online]. 2005 [cited 24 July 2006]. Available from World Wide Web: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000082005000200033&lng=en&nrm=iso>.

GOMES, Romeu. As representações sociais e a experiência da doença. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 18(5):1207-1214, set-out, 2002.

GULLO AAS 1998. Violência urbana – um problema social. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP* 10(1):105-119.

HALPERN, Ricardo and FIGUEIRAS, Amira C. M. Environmental influences on child mental health. *J. Pediatr. (Rio de J.)*, Apr. 2004 vol.80, no.2, suppl, p.104-110. ISSN 0021-7557.

INE, Instituto Nacional de Estatística. Disponível em : www.ine.pt/prodserv/quadro/quadro.asp

JUNQUEIRA, Marciclene de Freitas Ribeiro. Representação Social da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescente. 2003. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás.

LITTEL, kristin. Varas especializadas e violência doméstica. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/journals/itdhr/0503/ijdp/littel.htm>. Maio, 2003.

MARTINS, Edna; SZYMANSKI, Heloisa. A ABORDAGEM ECOLÓGICA DE URIE BRONFENBRENNER EM ESTUDOS COM FAMÍLIAS. THE ECOLOGICAL APPROACH OF URIE BRONFENBRENNER IN STUDIES WITH FAMILIES. Disponível em: <http://www2.uerj.br/~revispsi/v4n1/artigos/Artigo%205%20-%20V4N1.htm>

MARTUCELLI D 1999. Reflexões sobre a violência na condição moderna. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP* 11(1):157-175.

MENEGHEL, Stela Nazareth, GIUGLIANI, Elsa J. e FALCETO, Olga. Relações entre violência doméstica e agressividade na adolescência. *Cad. Saúde Pública*, abr./jun. 1998, vol.14, no.2, p.327-335. ISSN 0102-311X

MINAYO MCS 1994. A violência social sob a perspectiva de saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública* 10(Suplem. 1):7-18, 1994.

MOREIRA, Ana Maria Martins. Prevenção de Acidentes e Violências. Cadernos de Escolas Promotoras de Saúde – I Sociedade Brasileira de Pediatria Departamento Científico de Saúde Escolar. Disponível em: <http://www.sbp.com.br/img/cadernosbpfinal.pdf>.

NEPOMUCENO, Valéria. O mau-trato Infantil e o Estatuto e o Estatuto da Criança e do Adolescente: os caminhos da prevenção e da responsabilização. 2002.

NEVES, José Francisco Moreira das. Violência Doméstica – um problema sem fronteiras. 2002.

OLIVEIRA, Maria Helena Palma de. Violência psicológica doméstica na educação de escritores brasileiros. *Rev. Online da Bibl. Prof. Joel Martins, Campinas*, v.2 , n.3, p.55-67, jun.2001.

PHEBO, Luciana and MOURA, Anna Tereza M. S. de. Urban violence: a challenge for pediatricians. *J. Pediatr. (Rio de J.)*, Nov. 2005, vol.81, no.5, suppl, p.s189-s196. ISSN 0021-7557.

RANGEL, Mary. A violência do estigma e do preconceito à luz da representação social. UFF e UERJ. Disponível em: http://www.arco-iris.org.br/_prt/dicas/arquivos/052004-02.doc

ROSEMARY, Damaso Padilha. Mediação Sistêmico-Integrativa: uma contribuição à gestão da Educação para a prevenção da violência. 2003. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2003.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Microfísica da violência, uma questão social mundial. *Cienc. Cult.*, June/Sept. 2002, vol.54, no.1, p.22-24. ISSN 0009-6725.

SCHERER, Edson Arthur and SCHERER, Zeyne Alves Pires. The abused child: a literature review. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Aug. 2000, vol.8, no.4, p.22-29. ISSN 0104-1169.

SILVA, Carlos Antonio Bruno. A violência de todas as formas – um problema de saúde coletiva. RBPS, 2006; p. 1 e 2.

SOUZA ER 1993. Violência velada e revelada: estudo epidemiológico da mortalidade por causas externas em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública* 9(1):48-84.

TARDIVO, Leila Cury. Crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: algumas considerações acerca da avaliação psicológica. 1998.

UNICEF, Fundo Internacional de Emergência para Assistência à Infância. Violência Doméstica contra crianças e adolescentes. Um cenário em (des)construção. Disponível em: www.unicef.org/brazil/Cap_01.pdf. 2005.

WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Violência Doméstica: Há o que fazer? 2002.

YUNES, Maria Angela Mattar. A questão triplamente controversa da Resiliência em famílias de baixa renda. 2001. 168f. dissertação (Doutorado em Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.